



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECRIAÇÃO HISTÓRICA DO RECONTRO DE VALDEVEZ E MERCADO MEDIEVAL - 2017" ADJUDICADO À COMPANHIA DE TEATRO VIV'ARTE - LABORATÓRIO DE RECRIAÇÃO HISTÓRICA, ASSOCIAÇÃO PRIVADA, DE OLIVEIRA DO BAIRRO [PF 295/2017]

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **30 de maio de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Ponche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com a Deliberação da Câmara Municipal, datada de 8 de Maio de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Mário Fernandes da Costa, titular do Cartão de Cidadão n.º 7979540, natural da freguesia de S. Gião, concelho de Oliveira do Bairro, e **Sara Raquel Novo Marujo**, titular do Cartão de Cidadão n.º 12003852, natural da freguesia de Oitã, concelho de Oliveira do Bairro, ambos com domicílio profissional em Oliveira do Bairro, que outorgam na qualidade, respetivamente, de presidente e tesoureiro da Direção, com poderes para este ato, em representação da pessoa coletiva de utilidade pública denominada **"COMPANHIA DE TEATRO VIV'ARTE - LABORATÓRIO DE RECRIAÇÃO HISTÓRICA, ASSOCIAÇÃO PRIVADA"**, com o número único de matrícula e de identificação fiscal **503 170 143**, com sede na Rua Principal, n.º 54, Perrães – Oliveira do Bairro, como segundos outorgantes, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Deliberação da Câmara Municipal de **8 de maio de 2017**, adjudicou, por Ajuste Direto, nos termos dos artigos 20º, nº 1, alínea a), e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada dos segundos outorgantes, a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECRIAÇÃO HISTÓRICA DO RECONTRO DE VALDEVEZ E MERCADO MEDIEVAL - 2017”**. -----

Pela referida Deliberação a Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O presente contrato tem por objeto a aquisição de serviços de **organização e realização do evento de Recriação Histórica “Recontro de Valdevez” e Mercado Medieval**, que terá lugar nos dias **7, 8 e 9 de julho de 2017**, de acordo com as especificações definidas no Anexo A - Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, e na proposta da adjudicatária. -----

Terceira: O preço contratual é de **€ 37.750,00 (trinta e sete mil setecentos e cinquenta euros)**, isento de IVA, nos termos do disposto no artigo 9º do Código do IVA. -----

Quarta: O presente contrato inicia os seus efeitos na data da sua celebração e vigora até **10 de julho de 2017**. -----

Quinta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato será efectuado no prazo de **60 dias** a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Sexta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica **Capítulo 02** - Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços;
Subagrupamento – 02 – Aquisição de serviços; **Rubrica 20** – Outros trabalhos
especializados; **Alínea 01** – Trabalhos especializados de cariz cultural. -----

Sétima: O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos
termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á
pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e
demais legislação em vigor. -----

Oitava: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados
pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo
61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a
prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado
deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Nona É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de
acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Décima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste
contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com
expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima Primeira: Os segundos outorgantes declaram aceitar, para a sua
representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obrigam a realizar a prestação de serviços objeto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelos segundos outorgantes os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **19-04-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Oliveira do Bairro, em **11-05-2017**, comprovativa de que a Associação tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 1282-1888-6603, subscrita em 08-01-2014 e válida até **08-01-2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida Associação; d) Cópia da Ata nº Cinco da Assembleia Geral daquela Associação, de **24-03-2014**, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes dos segundos outorgantes para este acto; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos três intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, João César Cruz Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

João César Cruz
João César Cruz
João César Cruz
João César Cruz

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº 58/029/2017.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº 21/2017